

FIRST INTERNATIONAL MEETING OF ISSOW

Work, Social Change and Economic Dynamics: Challenges for Contemporary Societies

27-28 November 2014 :: Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Lisboa

Theme 3) Education and Labour Market

O Desafio do Equilíbrio Financeiro

José Maria Alves Cardoso

josemaria.cardoso@unimontes.br

Depto de Economia – Univ. Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Maria de Fátima Rocha Maia

rochamaiaster@gmail.com

CesNova – FCSH-UNL- Depto de Economia – Univ. Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

Tânia Marta Maia Fialho

tania.unimontes@gmail.com

Depto de Economia – Univ. Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Resumo

No Brasil os níveis de endividamento das famílias têm se mostrado bastante expressivos. As novas formas de acesso ao crédito, especialmente aqueles previamente aprovados, se ampliam com intensidade crescente. Essas facilidades de acesso ao crédito expandem as possibilidades de aquisição de bens e serviços por meio de financiamento, normalmente com custos elevados. Nesse contexto, um dos grandes desafios é, de fato, a adequada gestão das finanças pessoais. O artigo foi desenvolvido com base em pesquisas bibliográfica e documental e seu objetivo é refletir sobre a importância da educação financeira numa sociedade de crédito fácil e juros elevados. Em alguma medida, o estudo sugere reflexões acerca da necessidade do planejamento orçamentário e do desafio de buscar, de forma financeiramente sustentada, a realização dos sonhos de consumo. A educação financeira pode contribuir para a estabilidade do sistema econômico, pode favorecer a sustentabilidade financeira do indivíduo e de seus familiares ao longo da vida. Ressalta-se que, apesar da hegemonia dos objetivos capitalistas e das campanhas vorazes de marketing, na medida em que a dimensão dos problemas decorrentes dos desequilíbrios orçamentários é descortinada, a preocupação com a educação financeira ganha mais visibilidade na sociedade. E, algumas delas tem se tornado, em maior ou em menor medida, objeto de políticas de ação tanto para alguns gestores do setor privado quanto governamentais e não governamentais.

Palavras chave: Endividamento, Finanças Pessoais, Educação Financeira

Introdução

É sabido pela Lei da Escassez que as necessidades são ilimitadas e os recursos necessários à sua satisfação são limitados. Os problemas de satisfação derivados da referida Lei podem se apresentar como um robusto desafio para famílias, empresas e governo. Tais problemas podem, muitas vezes, extrapolar a esfera econômica.

Muitos autores discutem em seus estudos o processo pelo qual os agentes consumidores buscam satisfazer as suas necessidades¹. Não é objeto desse artigo discutir particularidades desses estudos. É interessante mencionar, entretanto, que diversos argumentos que sustentam teorias relacionadas ao comportamento do consumidor envolvem alguns elementos básicos que ajudam a amparar os apontamentos deste estudo. Muitos deles decorrem da ideia de que a renda do consumidor é limitada; que seus desejos e necessidades são ilimitados; que os bens e serviços têm um determinado custo e possuem a capacidade de satisfazerem necessidades. Pressupostos dessa natureza colocam o consumidor diante da necessidade imperativa de fazer escolhas (Bennett & Kassarian, 1975:24).

Alguns pensadores utilitaristas, a exemplo de Jeremy Bentham², aceitam o comportamento hedonista do homem. Suas ações têm foco na busca pela satisfação. Assim, a maximização do seu prazer ou utilidade e a minimização do seu sofrimento ou desutilidade são vistos como um comportamento racional do consumidor.

A satisfação imediata de necessidades, para as quais os rendimentos ordinários e ou as reservas monetárias se mostram insuficientes, pode em maior ou menor medida, ser realizada por meio do acesso ao crédito. A facilidade e ou a dificuldade de acesso a tal recurso depende das características do sistema financeiro e das políticas adotadas para cada economia. Contudo, em qualquer que seja o cenário o tomador deve avaliar criteriosamente os custos, as condições de captação e a destinação dos recursos financeiros. Para agentes econômicos que não fazem o adequado uso do planejamento financeiro e agem de forma indisciplinada, a facilidade de acesso ao crédito pode se tornar um problema.

Na atual conjuntura, são inexoráveis os objetivos capitalistas e vorazes as campanhas de marketing dos credores. Entretanto, na medida em que a dimensão dos problemas decorrentes dos desequilíbrios orçamentários é descortinada, a preocupação com a educação financeira ganha mais visibilidade na sociedade. Em algumas delas têm se tornado, em maior ou em menor medida, objeto de políticas de ação para alguns gestores do setor privado e também dos setores governamentais e não-governamentais.

¹ Oliveira (2008, p.03) citando *Cobra e Ribeiro (2000)*, destaca que, (...) *os consumidores não compram produtos ou serviços, mas sim a satisfação das necessidades. (...) Os profissionais de marketing precisam conhecer: o que motiva os consumidores.*

² Citado por Bennett & Kassarian, 1975, p.24.

Tal preocupação, em linhas gerais, se sustenta na perspectiva de que o uso do crédito e a adequada administração dos recursos financeiros favorecem a economia e são fundamentais para a boa saúde financeira. No Brasil os níveis de endividamento das famílias são bastante expressivos. As novas formas de acesso ao crédito, especialmente aqueles previamente aprovados, que normalmente possuem elevados custos de captação, se ampliam com intensidade. Nesse contexto, um dos grandes desafios é, de fato, a adequada gestão das finanças pessoais.

O objetivo do artigo é refletir sobre a importância da educação financeira numa sociedade de crédito fácil e juros elevados. Por meio de pesquisas bibliográfica e documental, o estudo busca fazer uma reflexão de como a educação financeira pode contribuir para o equilíbrio orçamentário; favorecendo a sustentabilidade financeira do indivíduo e de seus familiares ao longo da vida. Nele se ressalta a importância do planejamento orçamentário no desafio de se buscar, de forma financeiramente sustentada, a realização dos sonhos de consumo.

Além dessa introdução e das considerações finais, esse texto está organizado em duas seções. A Primeira além de trazer algumas considerações acerca da importância da educação financeira também faz uma breve caracterização de como a educação financeira é percebida no país, ou seja, da sua percepção pelos agentes econômicos internos. A segunda efetua uma breve reflexão sobre a importância da educação financeira numa sociedade de crédito fácil e juros elevados; sugere reflexões acerca da necessidade do planejamento orçamentário e da sustentabilidade financeira.

1. Importância da Educação Financeira e Sua Percepção Pelos Agentes Econômicos no País

Os apontamentos do documento do BCB (2013) sugerem que a estabilidade recente da economia brasileira contribuiu para ampliar o acesso dos agentes econômicos às mais diversas modalidades de créditos. Muitas políticas econômicas, entre as quais, aquelas direcionadas para a expansão das facilidades de acesso a financiamentos e aos créditos pessoais pré-aprovados, ajudaram a expandir a participação de diferentes segmentos sociais nos diversos mercados.

O documento adverte que tais créditos são úteis e que os agentes que usam ou pretendem usá-los devem agir de forma planejada e responsável. Para tanto, há que se ter uma série de conhecimentos, que podem ser propiciados pela educação financeira, a exemplo daqueles

relacionados: a compreensão do sistema financeiro e as implicações das taxas de juros; o consumo consciente e o uso racional do crédito; a percepção das oportunidades; a importância do planejamento financeiro e do efetivo acompanhamento do orçamento pessoal; a percepção de que a poupança ajuda na busca pelos sonhos; entre outros.

Na linha de argumentação adotada pelo mencionado documento do BCB é notória a importância atribuída à educação financeira. E, essa pode ser compreendida como um canal de informações e conhecimentos que favorecem, em alguma medida, ao desenvolvimento do sistema econômico. Literalmente o documento aceita que:

A educação financeira é o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. È, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países. (BCB, 2013, p.8)

Graças a essa forma de entendimento, contemporaneamente, a preocupação com a educação financeira tem ganhado força, especialmente, na esfera da gestão pública. Alguns fatos ilustram muito bem esse contexto, um deles é a criação, pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010, da Estratégia Nacional para Educação Financeira – ENEF. Outro fato é o conjunto de ações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, por meio do Programa Cidadania financeira, que objetiva *capacitar o cidadão brasileiro a administrar seus recursos financeiros de maneira consciente*. Esse Programa está afinado com ENEF, que tem como objetivos: *promover a educação financeira e previdenciária; aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos; e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.* (BCB, 2013)

Diversos estudos corroboram o argumento de que a educação financeira é matéria de grande importância social. Da mesma forma são muitos os que reconhecem que, embora tenha ganhado espaço, ela ainda se mostra embrionária no país. Araújo & Souza (2012, p.5) aceitam que a (...) *cidadania financeira, entendida como pleno exercício dos direitos e pelo cumprimento dos deveres dos cidadãos sobre suas finanças, ainda é incipiente no Brasil e no mundo*. E, exaltando a necessidade da ampliação da educação financeira no país, atestam que a sua crescente

importância (...) também se justifica pela necessidade do cumprimento dos deveres de cada cidadão para com a sociedade, visto que pessoas educadas financeiramente planejam melhor suas compras e cumprem seus compromissos financeiros.

O Mapa da Educação Financeira no Brasil³, aceita que foi a partir do ano 2010, com a criação da ENEF, que a preocupação com a educação financeira assumiu *status* de Política de Estado. As estatísticas apresentadas no referido mapa dão conta de que houve, de fato, um significativo avanço da educação financeira no país entre 2010 e 2013. No ano de 2010 foram identificadas em torno de 100 iniciativas voltadas para a orientação das pessoas quanto às melhores condutas em relação à gestão financeira. No ano de 2013 foram identificadas 803 iniciativas com tal objetivo. Vale destacar que 60% desse total eram iniciativas disponibilizadas de forma gratuita para o público. Essas estatísticas são um indicativo de que empresas, órgãos governamentais e da sociedade civil têm contribuído, em alguma medida, para a democratização do acesso gratuito à informação, formação e orientação financeira.

No Brasil, a reconhecida importância atribuída à educação financeira também pode ser identificada em documentos e ou manifestações de agentes vinculados a outras instituições públicas e privadas. Muitas cooperativas financeiras, bancos privados e públicos, unidades educacionais, sindicatos e órgãos representantes de classe se preocupam em disponibilizar algum tipo de produto relacionado à educação financeira. Alguns oferecem, inclusive, planilhas eletrônicas destinadas a facilitar o controle orçamentário.

Apesar de ainda limitadas, são diversas as iniciativas que, direta e ou indiretamente, favorecem a educação financeira no país. A título de ilustração é possível mencionar, por exemplo, as iniciativas como a dos Conselhos Regionais e Federal de Economia que, muitas vezes, disponibilizam cartilhas voltadas para a orientação e/ou educação financeira, bem como planilhas de acompanhamento orçamentário para o público em geral.

Outro exemplo é o Manual de Educação Econômico-Financeiro Familiar da Cooperativa Unicred Centro Brasileira, como sendo um desses produtos que são disponibilizados para o público. Esse

³ O Mapa de Educação Financeira no Brasil foi elaborado por iniciativa da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENAF, sob coordenação da associação de Educação Financeira do Brasil – AEF e com patrocínio da Serasa Experian

manual, com o propósito de ressaltar a importância da poupança e do planejamento orçamentário, cita afirmação atribuída a Abraham Lincoln, segundo o qual:

Não criarás prosperidade se desestimulares a poupança. Não criarás estabilidade permanente baseada em dinheiro emprestado. Não evitarás dificuldades financeiras se gastares mais do que ganhas. Não poderás ajudar os homens de maneira permanente se fizeres por eles aquilo que eles podem fazer por si próprios. (Unicred Centro Brasileira, s/d, p.4)

Entre as atividades direcionadas para a educação financeira podem ser identificadas algumas direcionadas para o público infantil⁴. Nesse caso, é possível citar documento da Escola Infantil Caminho do Sol abordando a relevância de se disponibilizar educação financeira para crianças. Nele, a referida instituição aborda o que denomina ser “analfabetismo financeiro”. E, com base em Tiba (2006, p.217) aceita que existe escassez de ensinamentos voltados para a educação financeira nas escolas e que, os núcleos familiares encontram dificuldades e ou não tem competência para procedê-los. Essa percepção, em alguma medida, se afina com a afirmação de Domingos (2008), segundo a qual:

(...) as escolas brasileiras, de modo geral já bastante precárias no desenvolvimento de outros saberes fundamentais, são ainda mais displicentes no que se refere à educação financeira. Por sua vez as escolas mais modernas têm, no máximo, algo muito superficial que chamam de ‘economia doméstica’, matéria que se resume a levar os alunos a fazer visitas a supermercados, comparar preços e olhe lá (Domingos, 2008, pp. 24-25).

Ações voltadas para a educação financeira também são percebidas em estudos, ações e projetos desenvolvidos por instituições de ensino superior no país. Esses estudos muitas vezes procuram ressaltar a relevância da educação financeira e compreender cenários envolvendo condições e relações de mercados nos quais interagem agentes da oferta e da demanda. A Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, por exemplo, por meio do Curso de Economia, institucionalizou, no ano de 2007, o projeto de extensão universitária denominado “Finanças na Ponta do Lápis”. O projeto, que conta com a participação de professores e acadêmicos, tem o objetivo de promover a orientação em questões relativas ao planejamento e ao gerenciamento do orçamento familiar, numa perspectiva solidária, de modo a potencializar a renda auferida e a reduzir desperdícios. O seu público-alvo é composto prioritariamente por: consumidores e/ou responsáveis pela gestão do orçamento familiar estabelecidos na zona urbana do Município no qual a citada universidade está sediada. Assim o projeto tem beneficiado agentes que se

⁴Escola infantil Caminhos do Sol – Município de São João Del Rey – MG Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/81363869/Educ-financeira> (Acesso 20-11-2014)

encontram direta e/ou indiretamente vinculadas a instituições públicas e privadas, a exemplo de: escolas que atendem crianças, jovens e adultos; universidades; unidades empresariais e organizações sociais. Os beneficiários são pessoas de diferentes faixas etárias, classes sociais e ocupações. O projeto, por meio de suas ações, tem levado orientações relativas ao planejamento e controle do orçamento familiar. Ressaltando dessa forma a importância do uso racional da renda e do equilíbrio orçamentário.

Nas constatações do documento Mapa da Educação Financeira no Brasil, citado anteriormente, se verificou que a maioria das instituições mapeadas não atuava exclusivamente com educação financeira. Elas abordavam o tema de forma transversal às suas ações. E, esses, normalmente, contemplavam aspectos relacionados a planejamento; consumo consciente; uso do crédito; estímulo à poupança; funcionamento do sistema econômico; produtos financeiros, competências matemáticas para lidar com o mercado financeiro; e, direitos do consumidor.

No ano de 2013, segundo o referido mapa, as atividades de educação financeira podiam ser subdivididas em 04 grupos predominantes, a saber: Educação Financeira para o Futuro; Democratização da Educação Financeira; Consultorias Especializadas; e, Empresas Privadas com Foco no Mercado de Atuação.

O 1º grupo abarca iniciativas que privilegiam o ensino de crianças e jovens. Representa 31% do universo mapeado e foi denominado na pesquisa grupo da Educação Financeira para o Futuro;

O 2º grupo engloba ações de abrangência nacional, sem público-alvo definido, cuja preocupação é introduzir os principais temas financeiros à população em geral. Representa 25% do total. É o grupo da Democratização da Educação Financeira;

O 3º grupo abrange as iniciativas dirigidas a públicos específicos e oferece venda de treinamento e consultoria. Representa 24%. São as Consultorias Especializadas;

Por fim, o 4º grupo inclui as iniciativas de instituições que querem qualificar seus mercados de atuação e atender a seus clientes e demais stakeholders (públicos de relacionamento). Representa 20%. São as Empresas Privadas com Foco no Mercado de Atuação (Mapa Educação Financeira, s/d pp.3-4).

Conforme o mapa a maioria, 70%, das instituições que possuíam ações voltadas para a educação financeira pertenciam às iniciativas privada ou pública. Entre as instituições públicas, 77%, eram federais. Apurou ainda que 50% das ações tinham alcance nacional e que aquelas de alcance regional estavam percentualmente concentradas nas regiões sudeste e sul; nelas se localizavam, respectivamente, 55% e 32% das ações mapeadas. Foi constatado também que apesar da extensão espacial das ações, o público atendido anualmente por elas, era relativamente limitado;

em 46% dos casos não superavam 500 atendimentos, apenas em 20% dos casos superavam os 10.000 atendimentos.

A ENEF desenvolve diversas ações com o propósito de promover a educação financeira. Recentemente, em maio de 2014, a entidade realizou a primeira “Semana Nacional da Educação Financeira”, com atividades previstas em várias cidades do país. Além de palestras e seminários, a população pôde receber gratuitamente orientações relacionadas ao assunto e participar de mutirão de renegociações de dívidas. O evento oportunizou a aproximação entre credores e devedores endividados, criando um espaço favorável ao estabelecimento de acordos. O evento contemplou um público heterogêneo em termos de faixa etária e de classe social.

Durante o evento houve o lançamento de uma plataforma aberta de livros de educação financeira. Os conteúdos disponibilizados na plataforma são de grande relevância como suporte para o ensino médio e fundamental. Ações dessa natureza são, em grande medida, bem aceitas pelos diversos segmentos econômicos e sociais. O consultor financeiro Gustavo Cerbasi⁵, reforça a necessidade de intensificar mais esse tipo de ação, especialmente numa sociedade que ainda tem dificuldades em lidar com o dinheiro. Ele classifica a iniciativa da ENEF como inovadora uma vez que reúne entidades, muitas delas com interesses concorrentes, em torno de pauta centrada na educação financeira. Para ele:

É inédita, no mundo, a união de forças de tantas entidades para um trabalho de larga escala simultâneo e, principalmente, em uníssono. É essencial citar as 12 instituições envolvidas para dar a dimensão da importância da iniciativa. São elas: Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Ministérios da Educação, Fazenda, Justiça e Previdência Social, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, BMFBovespa, Confederação Nacional das Empresas de Seguros e Federação Brasileira de Bancos⁶.

A tendência é que essas ações se expandam cada vez mais. Segundo a Associação de Educação Financeira do Brasil – AEF-Brasil, até o fim do ano de 2015, 2.962 escolas públicas de ensino médio terão acesso à educação financeira. Nos anos de 2010 e 2011, ocorreu uma experiência piloto relacionada ao projeto, que envolveu 891 escolas públicas, aproximadamente 27 mil estudantes e 1,8 mil professores em 06 estados de diversas regiões do país. E os resultados obtidos foram bastante positivos (Tokarnia, 2014).

⁵ Gustavo Cerbasi é consultor financeiro, e autor dos livros relacionados à educação financeira.

⁶ <http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/4/111/o-brasil-tera-educacao-financeira--finalmente> (Acesso 20-11-2014)

No entendimento do Sr. José Alexandre Vasco⁷ [os] jovens [beneficiados pelo projeto] servem de multiplicadores da educação financeira em suas famílias. De modo que nas famílias em que os filhos receberam esse material, o grau de informação mudou. Ademais, também relata que:

O projeto-piloto ganhou um relatório do Banco Mundial: *O Impacto da Educação Financeira no Ensino Médio – A Experiência do Brasil*. A instituição constatou o aumento de 1% do nível de poupança dos jovens que passaram pelo programa. Segundo os cálculos da entidade, isso pode contribuir para o crescimento também de 1% do Produto Interno Bruto brasileiro, uma vez que a poupança vira investimento. Os alunos passaram a fazer uma lista com os gastos todos os meses e a negociar o pagamento ao fazer uma compra. (agenciabrasil.etc, 2014)

É possível que alguns questionem a dimensão atribuída aos possíveis impactos das ações relativas ao referido projeto. Entretanto, parece ser inquestionável que elas, em alguma medida, são positivas. E, portanto, indicam como virtuosas as ações direcionadas para a educação financeira dos jovens. Ademais, corroboram os argumentos de que o controle orçamentário e o uso planejado da renda favorecem tanto o indivíduo quanto o sistema econômico. Em seu estudo Araújo & Souza (2012), fazem referência a malefícios decorrentes da ausência de conhecimentos relativos ao setor financeiro.

Já a falta de conhecimento de conceitos e de produtos financeiros por parte da população dificulta o pleno exercício da cidadania. Um caso comum é o desconhecimento de informações básicas sobre o crédito consignado, o que levou muitos cidadãos e, em especial, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS – a tomarem empréstimos de instituições financeiras sem a consciência que teriam o desconto em folha de pagamento.

Muitos consumidores bancários desconhecem informações básicas sobre conceitos financeiros e sobre os recentes avanços da regulação bancária, que os fariam exercer seus direitos e poderiam auxiliá-los a fazer melhores escolhas. Araújo & Souza (2012, p.8)

Apesar da reconhecida relevância do acesso a conhecimentos proporcionados pela Educação Financeira, tais conhecimentos não devem ser reduzidos a um conjunto limitado de informações pontuais e mercadologicamente racionais. A educação financeira deve contribuir para conduzir o consumidor para a condição de cidadão. Alguns documentos apontam para essa percepção ao conceberem como temas centrais apontamentos relacionados ao (...) *debate sobre o direito à cidadania, melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, do resgate da ética nas relações entre*

⁷ Sr. José Alexandre Vasco, superintendente de Proteção e Orientação aos Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, entidade que atualmente preside o Conef. <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2014-05/educacao-financeira-chegara-quase-3-mil-escolas-publicas-ate-2015> (Acesso: 20-11-2014)

*consumo e produção e da responsabilidade que deve ser atribuída a cada indivíduo, como ator social participe no processo de conservação ambiental e de bem-estar da humanidade*⁸.

Em contextos em que o acesso aos bens e aos serviços está entre os principais objetivos das políticas públicas é comum que o cidadão seja confundido com o consumidor. Por isso mesmo, educação financeira deve ser um tema discutido de forma ampla, que extrapole o âmbito puramente material. Ao viabilizarem o acesso de um número cada vez maior de agentes econômicos a novos mercados, as políticas econômicas são muitas vezes consideradas como bem-sucedidas. Há que se perceber, entretanto, que o ato de consumir em si mesmo pode não traduzir em conquistas sociais e políticas. Santos (1998), citado por Portilho (2005), destaca inclusive que:

[Quando] se confunde cidadão e consumidor, [e] a educação, a moradia, a saúde [e] o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Até mesmo a política passa a ser uma função do consumo” (p.127). Assim, se o cidadão é reduzido ao papel de consumidor, suas ações passam a se concentrar na esfera privada do consumo. Do consumidor são exigidos papéis cada vez mais variados, da obrigação cívica à participação política através da atitude de “votar com a carteira”, essa nova forma de exercício de “seus direitos”. Ao mesmo tempo, a noção de cidadania é apropriada pelo ideal liberal, através do qual somente alguns são considerados cidadãos. É assim que passa a ser considerado “cidadão” apenas quem participa do mercado consumidor. (Portilho,2005, pp5-6)

No mesmo estudo Portilho se apóia em diversos teóricos⁹ para criticar o processo de transformação dos cidadãos em consumidores:

(...) os cidadãos foram reduzidos à condição de consumidores. Ao consumirem, agiriam centrados em si mesmos, sem se preocuparem com as conseqüências de suas escolhas, não só pela ameaça à integridade dos ecossistemas, mas também de outras pessoas, na maioria das vezes distantes, tanto do ponto de vista geográfico quanto temporal. (...) [Todas] as esferas da vida têm sido mercantilizadas. Trata-se de um processo pelo qual os serviços, as relações sociais, a natureza, o tempo e o próprio corpo humano se transformam em mercadorias. A própria política virou uma questão de mercado. (...) [Ocorre] a invasão da política pelo mercado, comercializando a participação cívica e misturando valores comerciais com valores cívicos. (Portilho, 2005, p5)

A educação financeira, ao propiciar conhecimentos fundamentais para a tomada de decisões, pode contribuir positivamente para a melhor conduta dos cidadãos no mercado financeiro. Assim, políticas direcionadas para potencializar e democratizar o acesso a educação financeira

⁸ Consumo Sustentável: Manual de educação.

⁹ Assim, algo como “o fim da cidadania”, diagnosticado por Zygmunt Bauman, “o declínio do homem público”, por Richard Sennet, “a dissolução do espaço público”, por Hannah Arendt, ou ainda “o esgotamento das energias utópicas”, observado por Jürgen Habermas

são, de fato, relevantes. Porém, ao serem adotadas devem respeitar as heterogeneidades econômicas e socioculturais dos beneficiários. Essa conduta é desejável uma vez que favorece a sua eficácia.

2. Breve Reflexão sobre a Importância da Educação Financeira

No Brasil a preocupação com o tema educação financeira vem assumindo proporção cada vez maior. É perceptível a busca pela ampliação do acesso de parcela cada vez mais expressiva da população aos diferentes conteúdos inerentes à educação financeira. Os motivos que têm contribuído para que essa preocupação venha obtendo progressiva visibilidade, são diversos. Muitos deles certamente estão relacionados, inclusive, ao crescente desequilíbrio financeiro e aos elevados níveis de inadimplência apresentados pelas famílias brasileiras.

Motivada por tais fatores, a conjuntura recente da economia brasileira experimentou, num curto espaço de tempo, fortes transformações em suas políticas econômicas. O país vivenciou a ampliação do acesso de classes sociais, financeiramente menos favorecidas, a padrões de consumo relativamente mais sofisticados. Essa realidade foi, em grande medida, viabilizada por meio de políticas de concessão e ou facilitação de créditos, muitas vezes, com taxas de juros elevadas. Esses fatores contribuíram para ampliar e ou dinamizar as relações econômicas e financeiras no país; propiciando a emergência de uma perigosa euforia econômica. Situação que, muitas vezes, se transformou em uma cilada tanto para consumidores, repletos de necessidades reprimidas e acesso facilitado ao crédito, quanto para fornecedores vorazes por maximização de lucros.

Assim, ingredientes como necessidades reprimidas, estímulo ao consumo, facilitação de acesso ao crédito, juros elevados e falta de educação financeira; contribuíram para motivar elevados níveis de inadimplência. Esse contexto, repleto de armadilhas, passou a representar um grande desafio, especialmente, para o equilíbrio orçamentário dos consumidores ao buscarem, de forma financeiramente sustentada, a realização dos sonhos de consumo. Pois, é comum que ao buscarem a satisfação de necessidades reprimidas, atropelem a racionalidade necessária à manutenção do equilíbrio financeiro. O consumidor passa a não responder com clareza a indagações necessárias à realização de uma compra que favoreça tanto a sua satisfação quanto ao seu equilíbrio financeiro; ou seja: (Eu preciso?), (Eu posso pagar?), (É prioridade?).

As constatações da Confederação Nacional de Comércio de Bens e Turismo por meio da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – CNC/PEIC(2014) corroboram esse argumento ao sugerirem que muitas famílias têm dificuldades para gerenciar seus orçamentos. As estatísticas da CNC/ PEIC ajudam a caracterizar tal conjuntura, apontando o elevado percentual de famílias endividadas e destacando algumas de suas principais dívidas. Na ocasião, as despesas com financiamento de veículos e prestação da casa própria, por exemplo, responderam por 14,1% e 8,7% do endividamento das famílias pesquisadas.

Tabela 1– Total de Endividados, com Dívidas em Atraso e sem Condições de Pagar 2013/2014

| | Total de endividados | Dívidas ou contas em atrasos | Não terão condições de pagar |
|----------|----------------------|------------------------------|------------------------------|
| Out/2013 | 62,1% | 21,6% | 7,3% |
| Set/2014 | 63,1% | 19,2% | 5,9% |
| Out/2014 | 60,2% | 17,8% | 5,4% |

Fonte: Confederação Nacional de Comércio de Bens e Turismo por meio da Pesquisa Nacional de Endividamento e inadimplência do Consumidor – PEIC

Conforme aferições dessa CNC/PEIC(2014) se percebe que, embora tenha ocorrido redução no percentual de famílias endividadas, em relação a períodos anteriores, em outubro de 2014, 60,2% das famílias se encontravam endividadas. Vale notar que entre os meses de outubro/2013 e outubro/2014 esse percentual se manteve bastante elevado, oscilou entre 62,1% e 60,2%, respectivamente.

A pesquisa apontou também que, em outubro/ 2014, foi de 17,8% o percentual de famílias endividadas que possuíam contas em atraso; as que declararam não ter condições de pagar as suas dívidas totalizaram 5,4%.~

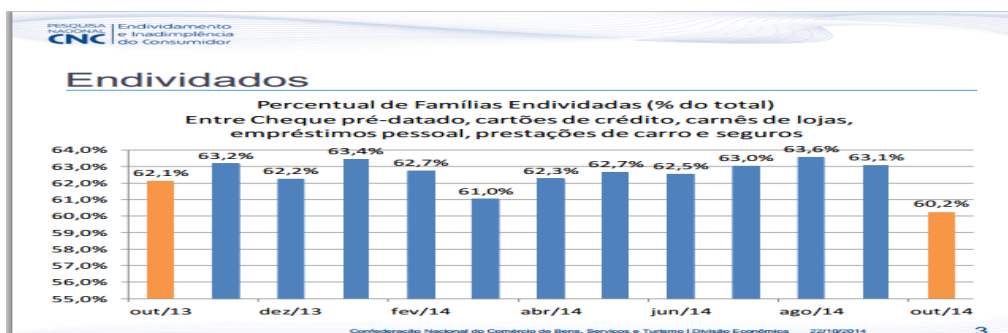


Figura 1 – Percentual de Famílias Endividadas (% do total) Entre cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimos pessoal, prestações de carro e seguros, de out/2013 a out/2014

Fonte: Confederação Nacional de Comércio de Bens e Turismo por meio da Pesquisa Nacional de Endividamento e inadimplência do Consumidor - PEIC

As informações apresentadas na referida CNC/PEIC/2014 mostram que, são diversos, os tipos de dívidas assumidas pelas famílias. Sugerem que os modernos instrumentos de acesso ao crédito, especialmente cartão de crédito, tem sido responsáveis pela maior parte dos endividamentos. Pois, aponta que esse instrumento de crédito, isoladamente, respondeu por 74,7% dos endividamentos em outubro/2013 e por 74,7% em outubro/2014. Embora menos expressivos os outros tipos de dívida mais significativos, em outubro/ 2014, foram aquelas contraídas por meio de carnês, aquelas relativas a prestações de carro e aquelas relativas ao financiamento da casa própria; elas responderam, respectivamente, por 17,3%, 14,1% e 8,7%. Em outubro/2013 essas dívidas responderam, respectivamente, por 17,9%, 11,5% e 6,1%. Vale ressaltar que parte expressiva das políticas recentes estabelecidas para estimular a economia, tinha foco no estímulo ao consumo, inclusive, na facilitação de acesso a financiamentos voltados para aquisição de veículos e aquisição de casa própria.

Esses dados reforçam a ideia de que fatores como a modernização do sistema monetário e o favorecimento do acesso ao crédito podem favorecer o desequilíbrio financeiro das famílias. Especialmente, se a população não se encontrar preparada para lidar com os desafios desse novo e mais complexo contexto; ou seja, não possuir educação financeira suficiente para transitar e decidir nesse novo cenário.

Estatísticas que atestam elevados níveis de endividamento familiar também sugerem a existência de sérios problemas, relacionados ao planejamento financeiro e ao gerenciamento orçamentário,

cujas dimensões tendem a extrapolar a esfera econômica. Esse é um dos fatos que ajudam a explicar o crescente espaço que questões relacionadas à educação financeira têm adquirido no bojo de muitos dos principais debates que atualmente se estabelecem na sociedade.

Debates nos quais, constantemente se têm ressaltado a importância de ações e ou de políticas que favorecem o acesso à educação financeira, à racionalidade econômica e ao adequado planejamento do orçamento familiar. Essa percepção é identificada, por exemplo, no documento denominado Mapa de Educação Financeira no Brasil, segundo o qual *[a] diversidade de instituições e iniciativas ligadas à educação financeira aponta para a importância de uma coordenação nacional que incentive novos projetos e apóie iniciativas existentes, estimulando a convergência das ações no sentido de ampliar o acesso da população à educação financeira*¹⁰.

Além de entidades do setor público, é crescente o número de empresas nos diferentes segmentos de mercado, que estão se mostrando preocupadas com a educação financeira dos seus empregados e ou clientes¹¹. Assim, de forma contínua ou esporádica, algumas delas disponibilizam determinados tipos de produtos ou serviços relacionados ao assunto.

Nas relações gerenciais, a fim de evitar ou reduzir a inadimplência, é comum e desejável que os setores de cobranças das empresas, terceirizados ou não, sejam otimizados. Porém, para além da preocupação com esses importantes setores, os gestores têm cada vez mais recorrido a serviços especializados em disponibilizar informações relativas a clientes efetivos e potenciais.

Algumas instituições voltadas para o levantamento de informações pertinentes aos agentes do mercado, muitas vezes, disponibilizam alguns estudos e apontamentos estatísticos referentes às relações de consumo, inclusive sobre educação financeira. Muitas dessas informações servem como subsídios para a tomada de decisões e ou aferição de risco.

A Serasa-Experian, por exemplo, além de disponibilizar informações acerca de agentes econômicos, chega a disponibilizar em sua página na internet um teste destinado à aferição do nível de educação financeira dos interessados. O teste consiste em indagações quanto ao grau de compreensão relativo à educação financeira, ao planejamento, à facilidade de negociação, entre

¹⁰ O Mapa de Educação Financeira no Brasil – Relatório Analítico (s/d p.4)

¹¹ Uma análise mais detalhada dos motivadores que leva os empresários de diversos setores a se manifestarem favoráveis à adesão de programas e ou ações votadas para a educação financeira requerem um estudo mais específico, o qual não foi priorizado nesse artigo.

outras. A identificação de ferramentas dessa natureza em mídias sociais é mais um indicativo da existência de um consenso quanto à necessidade de se reduzir os problemas decorrentes do analfabetismo financeiro.

O elevado nível de endividamento não é característica exclusiva das famílias com baixo nível de rendimentos. Contudo, as estatísticas aferidas pela CNC/PEIC(2014), expostas na figura apresentada a seguir, identificaram um maior nível de endividamento em famílias com rendimento mensal inferior a 10 salários mínimos; nesse caso 61,9% estavam endividadas. Naquelas com rendimentos superiores a 10 salários mínimos se apurou que 52,4% estavam endividadas. As informações mostram também que nas classes de menor nível de rendimento o percentual das famílias que admitem não ter como pagar as dívidas é de 6,1%; maior, portanto, que nas famílias de nível de rendimento superior a 10 salários mínimos, onde esse percentual é de apenas 2,5%.

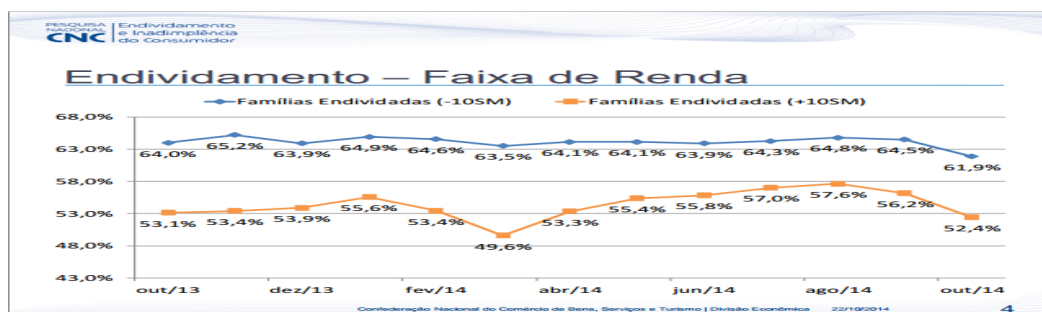


Figura 2 – Endividamento das Famílias Brasileiras por Faixa de Renda - Out/2013 a Out/2014

Fonte: Confederação Nacional de Comércio de Bens e Turismo por meio da Pesquisa Nacional de Endividamento e inadimplência do Consumidor – PEIC

Se admitirmos, com base nesses dados que o nível de renda familiar tenha alguma correlação com o nível educacional; é possível levantar a hipótese de que nas famílias com menor nível de renda o nível de educação financeira seja mais limitado. Essa hipótese, embora não testada poderia ser verdadeira¹². Entretanto, além de acesso a informações, outros fatores que podem influir positiva e ou negativamente no equilíbrio orçamentário das famílias também devem ser equacionados. Essa lógica pode ser admitida também ao se associar a capacidade de pagamento

¹² Alguns estudos aceitam inclusive que “do ponto de vista privado, a educação tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados, e a reduzir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro” IPEA (1997).

das dívidas contraídas com nível de renda familiar. A investigação pormenorizada dessas questões extrapola esse estudo.

Conclusão

A estabilidade recente da economia brasileira contribuiu para ampliar o acesso dos agentes às mais diversas modalidades de créditos. Muitas políticas econômicas, especialmente, aquelas direcionadas para a expansão das facilidades de acesso a financiamentos e aos créditos pessoais pré-aprovados, ajudaram a expandir a participação de diferentes segmentos sociais nos diversos mercados. Nesse contexto, o nível de endividamento das famílias se tem ampliado.

Assim, ingredientes como necessidades reprimidas, estímulo ao consumo, facilitação de acesso ao crédito, juros elevados e falta de educação financeira; contribuíram para motivar elevados níveis de inadimplência. Esse contexto, repleto de armadilhas, passou a representar um grande desafio para os consumidores que, ao buscarem a satisfação de necessidades reprimidas, muitas vezes, atropelam a racionalidade necessária à manutenção do equilíbrio financeiro.

O objetivo do artigo foi refletir sobre a importância da educação financeira numa sociedade de crédito fácil e juros elevados. O estudo sugere reflexões acerca da importância do planejamento orçamentário e do desafio de se buscar, de forma financeiramente sustentada, a realização dos sonhos de consumo. A educação financeira é matéria de grande importância social. Apesar de ainda limitada no Brasil, são diversas as iniciativas que, direta e ou indiretamente, tem favorecido o seu crescimento.

O estudo apresentou a importância que a educação financeira tem alcançado contemporaneamente. Destacou também que ao estimular a gestão racional dos limitados recursos, o planejamento financeiro para além de contribuir com o equilíbrio orçamentário, favorece tanto a qualidade de consumo quanto a satisfação pessoal.

Apesar da reconhecida relevância do acesso a conhecimentos proporcionados pela educação financeira, esses não devem ser reduzidos a um conjunto limitado de informações pontuais e mercadologicamente racionais. Eles devem contribuir para conduzir o consumidor à condição de cidadão. Pois, utilizar adequadamente o dinheiro constitui uma prática cidadã.

Ao evitar gastos desnecessários direcionando os recursos para a satisfação das necessidades prioritárias, o indivíduo atua de forma maximizadora. Para tanto, é fundamental que ele seja conhecedor da sua realidade financeira, tenha consciência de suas reais necessidades, tenha clareza quanto aos seus objetivos e metas; além de conhecer a utilidade inerente aos bens e aos serviços que podem ser adquiridos. Assim, ele responde com clareza a indagações necessárias à realização de uma compra que favoreça tanto a sua satisfação quanto ao seu equilíbrio financeiro; ou seja: (Eu preciso?), (Eu posso pagar?), (É prioridade?).

O ato de consumir não deve ser erroneamente classificado como algo ruim. De fato, pelo consumo se tem acesso aos bens e aos serviços que tem a capacidade de satisfazer as necessidades. A ação do consumidor, da mesma forma que a de outros agentes econômicos, tem importância capital na organização do sistema econômico. A sua conduta racional e equilibrada favorece a sustentabilidade do sistema como um todo; é saudável ao emprego, à produção e à renda.

O planejamento financeiro familiar conduz ao equilíbrio orçamentário e à sustentabilidade financeira. Indivíduos insustentáveis, financeiramente, criam uma sociedade insustentável. A sustentabilidade financeira tem um efeito virtuoso tanto para o indivíduo quanto para a sociedade.

Bibliografia

Agenciabrasil.ebc- educação financeira chegará quase 3 mil escolas públicas até 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-05/> (Acesso: 20-11-2014)

Araújo, Fábio de A. L. & Souza, Marcos A. Pimenta de (2012). Educação Financeira para um Brasil Sustentável Evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. - TD 280 – BCB – ISSN 15191028 – Ed. Dep. de Estudos e Pesquisas (Depep). Brasília-DF. <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/td280.pdf> (Acesso: 20-11-2014)

BCB - Banco Central do Brasil, 2013.

Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf (Acesso: 17-11-2014)

Bennett, Peter D. & Kassarian, Harold H. (1975). O comportamento do consumidor. Tradução Vera Maria X. Nogueira e Danilo A. Nogueira. RJ: Atlas.

Cerbasi, Gustavo. Como ser sustentável com suas finanças. Entrevista dia 06/11/2014 07h01- Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/gustavo-cerbasi/noticia/2014/11/como-ser-bsustentavelb-com-suas-bfinancasb.html>. (Acesso: 30-11-2014)

Cerbasi, Gustavo. O Brasil terá educação financeira, finalmente. Publicado originalmente na revista Época em 25/05/2014. Disponível em: <http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/4/111/o-brasil-tera-educacao-financeira--finalmente> (Acesso 30-11-2014)

- CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. PEIC – Pesquisa Nacional Endividamento e Inadimplência do Consumidor (2014). CNC, Divisão Econômica, Rio de Janeiro, outubro 2014. Disponível em: http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/peic_outubro_2014.pdf (Acesso 20-11-2014).
- Consumo Sustentável: Manual de educação. Brasília: Consumer Internaciona/ MMA/ MEC/ IDEC, 2005 p.07). Disponível <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao8.pdf>. (Acesso: 12-11-2014)
- Domingos, Reinaldo. Terapia financeira como método para realizar seus sonhos. São Paulo: Gente, 2008.
- IPEA (1997). Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico - TD nº 525 - Ricardo P.de Barros & Rosane Mendonça, Rio de Janeiro. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0525.pdf (Acesso: em 14-01-2015)
- Mapa de Educação Financeira no Brasil – Relatório Analítico (s/d pp.3-4) Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/RelatorioAnaliticoENEF.pdf> (Acesso 20-11-2014)
- Oliveira, Frederico Ferreira (2008), Comportamento do consumidor: um estudo das teorias de marketing aplicadas ao turismo. UNIPAC. Disponível em: http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/pdf/revista02/Comportamento%20do%20consumidor%20um%20estudo%20das%20teorias%20de%20marketing%20aplicadas%20ao%20turismo.pdf (Acesso 03-11-2014)
- Portilho, Fátima. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo Cadernos EBAPÉ.BR – FGV - Edição Temática 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v3n3/v3n3a05>. (Acesso: 20-11-2014)
- Tiba, Içami. Seja feliz, meu filho. São Paulo: Integrante, 2006.
- Tokarnia, Mariana. Educação financeira chegará a quase 3 mil escolas públicas até 2015 –repórter- agência Brasil). <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-05/educacao-financeira-chegara-quase-3-mil-escolas-publicas-ate-2015> (Acesso: 20-11-2014)
- Unicred Centro Brasileira. Manual de Educação-Econômico-Financeira-Familiar. s/d. Disponível em: http://www.unicredgyn.com.br/pdf/manual_educacao_financeira.pdf (Acesso: 15-11-2014)
- Serasa-Experian - Disponível em: http://www.serasaconsumidor.com.br/testes/?__utma=257309961.513830299.1416872518.1416872518.1416872518.1&__utmb=257309961.2.9.1416872913577&__utmc=257309961&__utmz=257309961.1416872518.1.1.utmcsr=googleutmccn=organicutmcmd=organicutmctr=not%20provided&__utmv=-&__utmk=159438718 (Acesso: 20-11-2014)